

Baixada Santista Energia S.A.
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	12
Balanço Patrimonial.....	15
Demonstração de Resultado.....	16
Demonstração de Resultados Abrangentes.....	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	19
Demonstração do Valor Adicionado.....	20
1. A Companhia e suas operações.....	21
1.1 Contratos de ativos de geração de energia.....	21
1.2 Negociação sobre Termo de Quitação Parcial e Pendências.....	21
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	21
3. Práticas contábeis materiais.....	22
4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes.....	22
5. Novas normas e interpretações.....	23
6. Contas a receber.....	25
7. Arrendamentos.....	26
8. Fornecedores.....	27
9. Partes relacionadas.....	28
10. Processos judiciais e contingências.....	28
11. Tributos.....	30
12. Patrimônio líquido.....	32
13. Resultado financeiro líquido.....	34
14. Despesas e custos por natureza.....	35
15. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	35
16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	35
17. Eventos subsequentes.....	37
Diretoria Executiva.....	38

Baixada Santista Energia S.A.

CNPJ/MF Nº 03.059.729/0001-21

NIRE 35 300 3486 99

Relatório da Administração 2024

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Compartilhamos aqui os resultados de 2024 da Baixada Santista Energia. Eles sintetizam a superação de desafios, com escolhas estratégicas consistentes com foco na geração de valor e otimização de recursos.

A Baixada Santista Energia S.A. (“Baixada Santista Energia”) é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e foi constituída em 23 de março de 1999, cujo objeto social é o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A empresa alcançou em 2024 um resultado financeiro robusto com destaque para o atingimento das nossas métricas de topo do Plano Estratégico, demonstrando a capacidade da companhia para geração e valor para nossa Acionista.

Contribuiu para este resultado a redução do fluxo de caixa operacional em 2024 para R\$ 81.408 mil, em função do término da receita de disponibilidade de máquinas com a PETROBRAS em 27 de abril de 2024.

Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferidos, a Diretoria Executiva da Baixada Santista Energia está propondo o encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia a destinação total do resultado auferido em 2024 por meio de distribuição integral de dividendos, de acordo com a disponibilidade de caixa, em alinhamento com a Política de Remuneração aos Acionistas da BSE.

ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa e *integridade* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia, a qual inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

Buscamos continuamente avanços de governança corporativa e nos sistemas de integridade, *compliance* e controles internos da Baixada Santista Energia. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la.

Todos estes aspectos reforçam a importância dos nossos pilares estratégicos, que trazem robustez e segurança nas estratégias adotadas. Assim, continuaremos atuando com alta produtividade, otimização de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas as nossas conquistas ao longo de 2024 são resultado de muito afinho e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de todos.

Continuaremos atuando com disciplina de capital para geração de valor. Gostaríamos de destacar, nosso reconhecimento à Acionista Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

BSE Baixada Santista Energia S.A.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 da Baixada Santista Energia.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu os direitos e obrigações do Instrumento Particular de Arrendamento dos ativos da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga (Contrato de Arrendamento) para a Baixada Santista Energia, por meio da celebração do Segundo Termo Aditivo ao referido Contrato, em 27 de abril de 2007, entre a Petrobras e a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tinha o prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura em 27 de abril de 2007, cuja vigência encerrou em 27 de abril de 2024.

Em 3 de janeiro de 2011, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Locação e Outras Avenças com a Petrobras, cujo objeto é a locação do Turbogenerador nº 2, com capacidade de 159,9 MW, com vigência até 15 novembro de 2024, o qual teve o seu prazo de vigência postergado até 15 de maio de 2025, por meio da celebração do Segundo Termo Aditivo.

Em 01 fevereiro de 2013, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo objeto era a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, arrendada da EMAE, com capacidade instalada de 95 MW cada, que operava em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga, de propriedade da Petrobras.

Em 01 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo prazo de vigência encerrou em 27 de abril de 2024.

Em razão do interesse da BSE e EMAE em negociar de forma global pendências contratuais remanescentes do Contrato de Arrendamento, em 26 de abril de 2024, a BSE, EMAE e PETROBRAS firmaram o Termo de Encerramento do Contrato de Arrendamento com Quitação Parcial e Pendências ("Termo"), o qual formalizou o encerramento do Contrato, com a devolução à EMAE dos bens e instalações antes arrendados à BSE. Fez-se necessária a prorrogação do prazo do Termo até 26 de março de 2025, para a conclusão das negociações que ainda se encontram em curso por meio de Comissão conjunta formalmente designada pela BSE e Petrobras.

ASPECTOS COMERCIAIS

Baixada Santista Energia S.A.
Pça. Mal Stenio Caio de Albuquerque Lima #1
Jd Jd das Industrias CEP: 11555-000, Cubatão / SP
Tel: 13 3362 58 00 Fax: 13 3362 4818

BSE Baixada Santista Energia S.A.

Conforme estabelecido no Contrato de Disponibilidade de Máquinas, competia à Petrobras a operação e manutenção das unidades geradoras além dos respectivos encargos de geração, bem como os ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, referente ao período em que a Petrobras detivesse o direito da energia gerada pela UTE Piratininga em ciclo combinado com a UTE Nova Piratininga. Esse modelo de negócios foi encerrado com o término da vigência do Contrato em 27 de abril de 2024.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2024, a Baixada Santista Energia registrou o Lucro Líquido de R\$ 38.273 mil, frente ao resultado de R\$ 16.139 mil auferido no exercício de 2023. A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas no exercício de 2024.

Lucro Bruto

Desde a adoção do CPC 06/R2 em 2019, a Baixada Santista Energia reconhece a receita do fluxo de recebíveis dos contratos celebrados com a Petrobras e um passivo de arrendamento com a EMAE. Decorrente desta adoção, os juros sobre o arrendamento da EMAE e disponibilidade das máquinas à PETROBRAS são reconhecidos no Resultado Financeiro.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas encerraram o exercício de 2024 em R\$ 1.972 mil representando um aumento de 28% em relação ao resultado auferido em 2023. O crescimento das despesas gerais e administrativas decorre principalmente de maiores despesas com reajustes anuais e provisões de serviços dos contratos já existentes.

Despesas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, foi apurado o saldo de R\$ 7.716 mil em Despesas Tributárias, maior que o saldo apurado em 2023, devido à provisão da despesa de reembolso de IPTU à EMAE em cumprimento ao Termo de Encerramento e Quitação Parcial e Pendências do Arrendamento da UTE Piratininga celebrado com a EMAE.

BSE Baixada Santista Energia S.A.

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou em menor recolhimento tributário pela Baixada Santista Energia.

Resultado Financeiro Líquido

Com a adoção do CPC 06/R2 a partir de 2019, a apropriação dos juros dos recebíveis decorrente dos reajustes dos contratos de receita de arrendamentos financeiros celebrados com a Petrobras (Contrato de Disponibilidade de Máquinas encerrado em 27/04/2024 e de Locação do Turbogenerador nº 2 vigente até 15/05/2025), classificados contabilmente como arrendamento mercantil financeiro, reduzem à medida da proximidade do término dos prazos de vigência.

Ao analisarmos as receitas financeiras de 2024, que apresentaram um saldo de R\$ 51.765 mil, constatamos uma redução de R\$ 2.266 em relação ao exercício de 2023. Esse resultado é atribuído principalmente ao menor rendimento das aplicações financeiras, reflexo da redução do saldo aplicado devido ao pagamento de dividendos de 2023, além do aumento das despesas com atualização monetária sobre esses dividendos.

Em 2023, a Baixada Santista Energia realizou o último pagamento do fluxo do arrendamento do Contrato celebrado com a EMAE, registrado em despesas financeiras. Com isso, em 2024 foi apurado o resultado de R\$ 221 mil frente ao saldo de R\$ 15.356 mil em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2024, foi apurada menor despesa de imposto corrente e diferido, relativo à base de cálculo dos ativos e passivos fiscais reconhecidos com relação às diferenças temporárias conciliadas com o término das vigências dos contratos de arrendamento usados para fins de tributação.

Lucro líquido atribuível à acionista Petrobras

O aumento do lucro líquido do exercício de 2024 para R\$ 38.273 mil, quando comparado ao resultado de R\$ 16.139 mil em 2023, tem como principal causa o recebimento da receita de locação do turbogenerador nº 02 à PETROBRAS em outubro de 2024, decorrente da celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato de locação do TG02 à PETROBRAS vigente até 15/05/2025.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Baixada Santista Energia S.A.
Pça. Mal Stenio Caio de Albuquerque Lima #1
Jd Jd das Industrias CEP: 11555-000, Cubatão / SP
Tel: 13 3362 58 00 Fax: 13 3362 4818

BSE Baixada Santista Energia S.A.

Nossa Política de Remuneração ao Acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos à acionista.

Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2024, levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras.

Considerando o Lucro Líquido apurado em 31 de dezembro de 2024, a Reserva Legal foi constituída mediante a apropriação de 5% do saldo registrado. A Baixada Santista Energia não possui saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e de prejuízos fiscais.

Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2025 a proposta de destinação integral do resultado de 2024, com pagamento de R\$ 9.090 mil em dividendos mínimos obrigatórios.

A Política de Remuneração à Acionista pode ser acessada pela internet em nosso site <https://www.petrobras.com.br/quem-somos/participacoes-societarias>.

PLANO ESTRATÉGICO

Nosso PN 2025 foi desenhado considerando direcionadores estratégicos desdobrados da controladora PETROBRAS, estabelecidos no início de 2024, em observância às práticas de governança vigentes, ao compromisso com a geração de valor e à nossa sustentabilidade financeira para o cumprimento das nossas obrigações.

Os direcionadores do Plano de Negócios 2025 da Baixada Santista Energia são:

- Envolvimento da Diretoria Executiva;
- Duas métricas de topo e uma métrica específica que orientam o Plano de Negócios da Companhia;
- Disciplina na execução: acompanhamento sistemático de metas e correção de distorções.

VISÃO, PROPÓSITO, VALORES E DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

BSE Baixada Santista Energia S.A.

Nossa visão representa uma síntese do nosso compromisso com as pessoas, a sociedade, nossos parceiros e acionistas.

Nossa Visão

Ser uma Companhia diversificada e integrada de locação de ativo de energia para a geração de valor, conciliando o foco em ética e transparência, sustentabilidade e resultados, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas.

Nosso propósito

Prover energia que assegure crescimento de forma ética, justa, segura e competitiva.

Nossos Valores

O Plano de Negócios 2025-2029 da Baixada Santista Energia tomou como base a Visão e os seus quatro Valores fundamentais que são os pilares das métricas de topo da Companhia, a saber:

"Uma empresa de locação de seu ativo em energia competitiva e rentável"

- Cuidado com as Pessoas: cuidar das pessoas, promovendo diversidade, equidade e inclusão, saúde, bem-estar e segurança física e psicológica.
- Integridade: agir com ética, transparência e coerência entre discurso e prática.
- Sustentabilidade: gerar valor para a Companhia e as partes interessadas com visão de longo prazo e compromisso com a vida, a transição energética justa, o meio ambiente e a sociedade.
- Inovação: Construir novos caminhos para a companhia, superando barreiras com colaboração, tecnologia, capacidade técnica e aprendizagem contínua.
- Comprometimento: trabalhar com excelência e propósito em prol do desenvolvimento da Companhia e do país.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

Baixada Santista Energia S.A.
Pça. Mal Stenio Caio de Albuquerque Lima #1
Jd Jd das Industrias CEP: 11555-000, Cubatão / SP
Tel: 13 3362 58 00 Fax: 13 3362 4818

BSE Baixada Santista Energia S.A.

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Baixada Santista Energia e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como “Riscos Estratégicos”. A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora PETROBRAS ocorreu em outubro de 2016, é composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela PETROBRAS às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:

- SMS como valor,
- Respeito à Vida,
- Gestão Baseada em Risco,
- Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Baixada Santista Energia possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

BSE Baixada Santista Energia S.A.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Nossos auditores independentes não podem prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria. A KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG), é atualmente a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente no exercício social de 2024.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e são objeto de apreciação pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado PETROBRAS - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos agradecimento e reconhecimento aos nossos conselheiros fiscais, acionista e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2024.

Cubatão/SP, 26 de fevereiro de 2025.

Aline Dias Leonardi

Diretora Administrativa

(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pellegrini

Diretor Técnico

(assinado eletronicamente)



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Baixada Santista Energia S.A. Cubatão - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs. 1 e 9 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e segue o plano de negócios de sua controladora na condução de suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Encerramento dos contratos de arrendamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia encerrou em abril de 2024 (i) o contrato de arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE e (ii) o contrato de disponibilidade de máquinas com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O contrato de locação de conjunto turbogerador com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, única fonte própria de recurso operacional até o momento, tem previsão de encerramento em maio de 2025.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		6	3	Fornecedores	8	7.772	2.680
Contas a receber, líquidas	6.1	19.934	83.151	Dividendos a pagar	12.2	9.090	3.833
Contas a receber - FIDC	6.2	243.376	156.286	Provisão para pesquisa e desenvolvimento		-	928
Imposto de renda e contribuição social	11.1	5.021	7.377	Obrigações Trabalhistas		5	11
Impostos e contribuições	11.2	3.384	13.105	Impostos e contribuições a recolher	11.2	458	26
Ativo circulante		271.721	259.922	Passivo circulante		17.325	7.478
Imposto de renda e contribuição social	11.1	61.931	55.924	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	6.556	7.701
Impostos e contribuições	11.2	17.608	9.026	Provisão para processos judiciais e administrativos	10	23	21
Ativo não circulante		79.539	64.950	Passivo não circulante		6.579	7.722
				Passivo circulante e não circulante		23.904	15.200
				Capital social realizado	12.1	297.136	297.136
				Reservas de lucros		30.220	12.536
				Patrimônio líquido		327.356	309.672
Total do ativo		351.260	324.872	Total do passivo		351.260	324.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	14	(1.972)	(1.542)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(1.118)	(2.487)
Tributárias	14	(7.716)	(2.553)
		(10.806)	(6.582)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro			
		(10.806)	(6.582)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	13	57.282	38.675
Despesas financeiras		(221)	(15.356)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		5.738	-
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			
		46.476	32.093
Imposto de renda e contribuição social			
	11.1	(8.203)	(15.954)
Lucro líquido do exercício			
		38.273	16.139
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)			
		0,13	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	38.273	16.139
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	38.273	16.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 1º de janeiro de 2023		297.136	230	3.272	-	300.638
Lucro líquido do período		-	-	-	16.139	16.139
Dividendos adicionais de 2022 aprovados na AGO de 2023		-	-	(3.272)	-	(3.272)
Reserva legal		-	807	-	(807)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(3.833)	(3.833)
Dividendos adicionais propostos de 2023		-	-	11.499	(11.499)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		297.136	1.037	11.499	-	309.672
		297.136		12.536		309.672
Saldos em 1º de janeiro de 2024		297.136	1.037	11.499	-	309.672
Lucro líquido do período		-	-	-	38.273	38.273
Dividendos adicionais de 2023 aprovados na AGO de 2024	12.2	-	-	(11.499)	-	(11.499)
Reserva legal	12.2	-	1.914	-	(1.914)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.2	-	-	-	(9.090)	(9.090)
Dividendos adicionais propostos de 2024	12.2	-	-	27.269	(27.269)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		297.136	2.951	27.269	-	327.356
		297.136		30.220		327.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		38.273	16.139
Ajustes para:			
Juros do subarrendamento		(1.147)	(7.407)
Juros sobre arrendamento do turbogerador		(6.809)	(14.100)
Juros do arrendamento - EMAE		-	6.353
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro		(21.484)	(20.643)
Variações monetárias e encargos financeiros		605	-
IRRF sobre Juros pagos nos dividendos		(136)	-
Reajuste de arrendamentos		(20.418)	-
Atualização sobre impostos e contribuições		(7.449)	(5.214)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	11.1	(1.145)	9.798
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.1	9.348	6.156
Reajuste do subarrendamento, arrendamento e juros turbogerador		-	(6.667)
Reajuste arrendamento EMAE		-	8.693
Provisão para processos judiciais e administrativos	10	19	42
Baixa de recebíveis		(1.119)	-
Baixa provisão P&D		814	-
Juros sobre outros passivos		82	-
Baixa de depósito judicial		-	2.438
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber	6	5.123	(502)
Recebimento de arrendamento financeiro	7c	42.523	40.744
Recebimento de subarrendamento financeiro	7b	45.063	105.563
Impostos e contribuições	11.2	4.937	(15.783)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores	8	(5.093)	1.301
Impostos e contribuições a recolher	11.2	455	21
Outros passivos		(1.034)	103
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		81.408	127.035
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros (1)	6.2	(94.779)	(152.815)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros (1)	6.2	29.175	153.980
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos		(65.604)	1.165
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de arrendamentos		-	(123.836)
Pagamento de dividendos	12.2	(15.801)	(4.363)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(15.801)	(128.199)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		3	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1- Valores referentes as movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP, conforme nota explicativa 6.2.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas		
Recuperação de despesas	1	25
	1	25
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.091)	(4.055)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(5.762)	(13.945)
	(8.853)	(18.000)
Valor adicionado bruto	(8.852)	(17.975)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(8.852)	(17.975)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	58.121	57.002
	49.269	39.027
Tributos		
Federais (a)	3.866	3.211
Municipais	6.291	1.350
	10.157	4.561
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	839	18.327
	839	18.327
Acionistas		
Dividendos	9.090	3.833
Lucros retidos	29.183	12.306
	38.273	16.139
Valor adicionado total distribuído	49.269	39.027

(a) inclui valores de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota explicativa 10.1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia” ou “BSE”), sediada em Cubatão, estado de São Paulo, foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas neste contexto.

1.1 Contratos de ativos de geração de energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia o Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE. O contrato, que teve duração de vigência de 17 anos e encerramento em 26 de abril de 2024, estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 a partir da eficácia do Contrato reajustados pelo IGP-M. A última parcela foi paga pela Companhia, como arrendatária, em dezembro de 2023.

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia, na qualidade de arrendadora, celebrou com a Petrobras o Contrato de Locação do conjunto turbogerador composto por 1 (uma) turbina a gás e por 1 (um) gerador, acionado pela turbina a gás. O contrato estabelece recebimentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 5.246 (cinco mil e duzentos e quarenta e seis) dias, com vigência até 15 de maio de 2025.

Adicionalmente, a Companhia celebrou, em 1º de julho de 2017, o Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo objeto foi a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, para operação em ciclo combinado com a UTE Nova Piratininga, operada pela Petrobras. Esse contrato estabeleceu recebimentos mensais de R\$ 7.214 e vigência até 27 de abril de 2024. A última parcela foi recebida pela Companhia, como arrendadora, em maio de 2024.

Considerando o encerramento do Contrato de arrendamento da UTE Piratininga junto à EMAE e do Contrato de Disponibilidade de Máquinas junto à Petrobras, e da previsão de encerramento do Contrato de Locação do turbogerador em maio de 2025, conforme aditivo assinado em 14 de novembro de 2024, a Petrobras iniciou os estudos visando definir os cenários e alternativas de otimização societária da BSE. Até a deliberação da alternativa de otimização societária, a Petrobras seguirá como responsável pelo suporte financeiro da Companhia por período indefinido, não inferior aos doze próximos meses, mantendo assim o pressuposto de continuidade operacional.

1.2 Negociação sobre Termo de Quitação Parcial e Pendências

Em razão das tratativas em curso e do interesse das partes em negociar de forma global os termos de encerramento definitivo das pendências do Contrato de arrendamento da UTE Piratininga, em 26 de abril de 2024, a BSE, EMAE e PETROBRAS firmaram o Termo de Quitação Parcial e Pendências. As partes encontram-se em processo de negociação desde então, cujo prazo para a conclusão dessa atividade é até 26 de março de 2025.

Tendo em vista que já existe termo de quitação parcial em vigor e que as negociações para celebração de acordo para o encerramento definitivo das pendências do Contrato ainda estão em curso, não havendo valores definidos, conclusão da comissão de negociação, nem tampouco aprovações dos órgãos estatutários de cada empresa (EMAE, BSE e PETROBRAS), a Companhia conclui que não é provável a saída de recursos adicionais referente ao termo em curso na presente data.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentadas as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia ao longo do próximo exercício social.

4.1. Fontes de incerteza em provisões para processos judiciais e contingências

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 9.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.2. Fontes de incerteza nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board - IASB

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2024 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	<p>As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade.</p> <p>Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.</p>	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	<p>As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 <i>Financial Instruments</i>); método de custo (IAS 7 <i>Statement of Cash Flows</i>); ganho ou perda no desreconhecimento divulgação da diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 <i>Financial Instruments: Disclosures</i>); determinação de um ‘agente de facto’ (IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statements</i>); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 <i>First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>).</p>	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
	<p>De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados.</p> <p>Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos.</p> <p>Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.</p>	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	<p>As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos <i>own-use</i>; permissão da utilização da contabilização de <i>hedge</i> se esses contratos forem utilizados como instrumentos de <i>hedge</i>; e requerimentos adicionais de divulgação.</p>	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	<p>A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - <i>Presentation of Financial Statements</i>. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre:</p> <ol style="list-style-type: none">Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas;Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão;Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; eNovos requerimentos de divulgação. <p>Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p>	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	<p>A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p>	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, integralmente ou parcialmente, e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – CPC 18 (R3)*	<i>IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures</i>	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	<i>Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)</i>	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	<i>Sem equivalência às IFRS</i>	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10)	<i>Sem equivalência às IFRS</i>	1º de janeiro de 2025

* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)

** Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

Em relação as normas que entraram em vigor em 2024, não tivemos impactos nas demonstrações financeiras da companhia.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2024	31.12.2023
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros	650	1.552
Partes relacionadas		
Arrendamento financeiro (nota explicativa 7)	19.284	81.599
Total do contas a receber	19.934	83.151
Circulante	19.934	83.151
Não circulante	-	-

A Companhia avalia periodicamente a provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de curto prazo com terceiros. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foram reconhecidos saldos de provisão para PCE.

6.2. Contas a receber – FIDC

	31.12.2024	31.12.2023
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	243.376	156.286
Total	243.376	156.286

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

Prática contábil

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis” considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. Arrendamentos

	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamentos		
Reembolso de encargos setoriais (a)	-	3.102
Disponibilidade de Máquinas (b)	-	43.916
Arrendamento mercantil (c)	19.284	34.581
Total do arrendamento	19.284	81.599
Circulante	19.284	81.599
Não circulante	-	-

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao repasse dos encargos de transmissão – CCT (Contrato de conexão ao sistema de transmissão) e CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, conforme previsão contratual.

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil - Contrato Disponibilidade de Máquinas

O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.916
Recebimento de principal e juros	(45.063)
Encargos nominais incorridos	1.147
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	138.862
Recebimentos de principal e juros	(105.731)
Reajuste	3.516
Reajuste de encargos nominais	(138)
Encargos nominais incorridos	7.407
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.916

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil – Contrato de Locação do Turbogenerador nº2

Em 14/11/2024 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao contrato de locação do conjunto turbogenerador n.2. “TG02”. As partes concordaram em postergar o prazo do contrato em 180 dias, passando a vigorar até o dia 15/05/2025.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.581
Recebimento de principal e juros	(42.523)
Aditivo	18.856
Reajuste	1.833
Encargos nominais incorridos	6.537
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.284

Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.716
Recebimentos de principal e juros	-
Reajuste	2.222
Encargos nominais incorridos	(357)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.581

O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

	Valor Futuro	Juros Anuais	Recebimentos Valor Presente
2025	21.262	(1.978)	19.284
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.262	(1.978)	19.284
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.690	(6.109)	34.581

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Os rendimentos, classificados como receita de arrendamento, são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível ao valor presente.

Recebimentos contingentes são reconhecidos como receitas quando incorridos.

8. Fornecedores

	2024	2023
Terceiros	7.772	2.680
Total	7.772	2.680
Circulante	7.772	2.680

O saldo a pagar a terceiros é composto, pelo valor cobrado pela EMAE, referente a reembolso de cobrança de IPTU no valor de R\$ 7.621, além de gastos com serviços terceirizados de auditoria e honorários contábeis, e custo compartilhado com a controladora Petrobras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

9.1. Transações comerciais e outras operações

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos eram como compostos abaixo:

	Petrobras	FIDC-NP	31.12.2024 Total	31.12.2023 Total
Ativo				
Contas a receber				
Arrendamento mercantil financeiro do turbogerador	19.284	-	19.284	34.581
Contrato de disponibilidade de máquinas	-	-	-	43.917
Contas a receber - FIDC	-	243.376	243.376	156.286
Reembolso de encargos setoriais	-	-	-	3.102
Total	19.284	243.276	262.660	237.886
Circulante	19.284	243.276	262.660	237.886
Não circulante	-	-	-	-
Passivo				
Dividendos a pagar				
	9.090	-	9.090	3.833
Total	9.090	-	9.090	3.833
Circulante	9.090	-	9.090	3.833
Resultado				
Receita de arrendamento mercantil financeiro turbogerador				
	27.226	-	27.226	14.100
Receita sobre o subarrendamento	1.147	-	1.147	7.407
FIDC	-	21.484	21.484	20.643
Total	28.373	21.484	49.857	42.150

Remuneração da administração

As remunerações totais dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Baixada Santista Energia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia.

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias diretamente da Baixada Santista Energia S.A. Os custos da remuneração da Diretoria são reembolsados à controladora Petrobras, conforme deliberado pela referida Assembleia Geral.

10. Processos judiciais e contingências

10.1. Processos provisionados

A Companhia constituiu provisão para processos judiciais e administrativos em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. A única ação, no total de R\$ 23, se refere a honorários advocatícios relativos ao processo judicial nº 83167-41.2014.4.01.3400 - 1ª Vara Federal do Distrito Federal, já transitado em julgado. Em 31 de dezembro de 2023 o valor desta provisão era de R\$ 21.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis	23	21
Total	23	21

A movimentação dos processos judiciais provisionados no exercício está apresentada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	21	-
Atualização	2	21
Saldo final	23	21

10.2. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2024	2023
Ambiental	14	13
Tributário (i)	7.706	4.943
Cível	12	-
Total	7.732	4.956

- (i) Aumento decorrente do procedimento administrativo lavrado em 2024, referente a processo de restituição não homologado de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2019, para o qual foi apresentada manifestação de inconformidade.

10.2.1. Composição dos processos judiciais não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa	
	2024	2023
Autor: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA		
Auto de Infração por supostamente exercer atividade potencialmente poluidora de atividade geradora de energia termelétrica sem inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal (CTF).	14	13
Total de processos de natureza ambiental	14	13

Descrição dos processos de natureza tributária	Estimativa	
	2024	2023
Autor: UNIÃO FEDERAL		
Auto de infração por omissão de receitas de PIS/COFINS relativas a juros e reajuste em contratos de arrendamentos do ano calendário de 2019.		
Situação atual: Apresentada impugnação, que aguarda julgamento.	5.427	5.303
Autor: UNIÃO FEDERAL		

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Procedimento administrativo lavrado em 2024 referente à compensação não homologada de Saldo Negativo de IRPJ AC 2019.

Situação atual: Manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia. Aguarda-se julgamento.	2.279	-
Total de processos de natureza tributária	7.706	5.303

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	
	2024	2023
Autores: CREA-SP		
Auto de infração emitido pelo CREA/SP em face de suposta irregularidade consubstanciada na ausência de responsável técnico no órgão em questão nas atividades na Empresa.	12	-
Total de processos de natureza cível	12	-

Prática contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

11. Tributos

11.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Tributos correntes

	Ativo circulante		Ativo não-circulante (i)	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda	3.809	7.377	54.868	48.961
Contribuição social	1.212	-	7.063	6.963
Total	5.021	7.377	61.931	55.924

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração do IRPJ e CSLL corrente.

- Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2011 a 2015 e 2017 a 2023, que foram objeto de pedidos de restituição junto à Secretaria da Receita Federal e são atualizados mensalmente pela taxa SELIC.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro do período antes dos impostos	46.476	32.093
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(15.802)	(10.912)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	5.209	(3.714)
Arrendamento Financeiro	2.366	(4.994)
Outros	24	24
Imposto de renda e contribuição social	(8.203)	(15.954)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.145	(9.798)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.348)	(6.156)
Imposto de renda e contribuição social	(8.203)	(15.954)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	18%	49%

Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

	2024	2023
Saldo inicial	(7.701)	2.097
Reconhecido no resultado	1.145	(9.798)
Saldo final	(6.556)	(7.701)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber	Recebimento das parcelas de arrendamento	(18.665)	(21.620)
Arrendamento EMAE	Pagamento das parcelas de arrendamento	-	(107.120)
Imobilizado	Depreciação	12.109	11.158
Subarrendamento	Recebimento das parcelas de subarrendamento	-	109.881
Total		(6.556)	(7.701)
Impostos diferidos ativos		12.109	121.039
Impostos diferidos passivos		(18.665)	(128.740)

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros.

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

11.2. Demais impostos e contribuições

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PIS e COFINS (i)	3.384	13.105	17.608	9.026	456	-
Outros	-	-	-	-	2	26
Total	3.384	13.105	17.608	9.026	458	26

(i) A rubrica PIS e COFINS no ativo circulante decorre de retenções na fonte realizadas pela Petrobras e créditos oriundos de períodos anteriores e são compensadas mensalmente na apuração dos mesmos tributos apurados sobre operações próprias da BSE. Os saldos do ativo não circulante são compostos dos créditos referentes aos anos de 2021, 2022 e 2023, para os quais foram realizados os processos de pedido de restituição junto a Receita Federal do Brasil e são atualizados mensalmente pela taxa SELIC.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 297.136, sendo composto por 297.136 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

12.2. Destinação do resultado e remuneração ao acionista

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível a acionista da Baixada Santista Energia	38.273	16.139
Destinação do lucro líquido:		
Constituição da Reserva Legal	(1.914)	(807)
Lucro básico para determinação da remuneração do acionista	36.359	15.332
Dividendos propostos do lucro líquido:		
Dividendos obrigatórios - 25%	9.090	3.833
Dividendos adicionais propostos	27.269	11.499
Total de dividendos propostos do lucro líquido	36.359	15.332

12.3. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante reconhecido foi de R\$ 1.914.

12.4. Remuneração ao acionista da Baixada Santista Energia S.A.

O acionista terá direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. Em 2023 foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 3.420 e dividendos adicionais de R\$ 10.259, ambos pagos em 2024

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de dividendos a pagar aos acionistas da BSE é demonstrado abaixo:

	2024	2023
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	3.833	1.091
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	11.499	3.272
Atualização monetária	605	206
Pagamento	(15.801)	(4.523)
IRRF sobre a atualização monetária	(136)	(46)
Dividendos mínimos obrigatórios	9.090	3.833
Saldo final	9.090	3.833

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.5. Resultado por ação

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas	38.273	16.139
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro líquido básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,13	0,05

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a BSE não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

13. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas Financeiras	51.765	54.031
Receita com recebíveis de ativos financeiros – FIDC	21.484	20.643
Reajuste contratual sobre arrendamento (i)	20.418	3.348
Receita de arrendamento financeiro do turbogerador	6.809	14.100
Receita de subarrendamento	1.147	7.407
Reajuste contratual sobre subarrendamento	-	3.319
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	1.093	5.214
Outras Receitas Financeiras	814	-
Despesas Financeiras	(221)	(15.356)
Juros sobre arrendamento	-	(6.353)
Juros sobre impostos	(210)	(310)
Reajuste contratual EMAE	-	(8.693)
Despesas com arrendamento	(11)	-
Variações monetárias, líquidas	5.738	-
Atualização monetária impostos a recuperar	6.343	-
Atualização monetária de dividendos pagos	(605)	-
Total	57.282	38.675

- (i) Aumento referente ao reconhecimento do reajuste contratual devido 2º Termo Aditivo ao contrato de locação do conjunto turbogerador n.2. “TG02”, onde o prazo do contrato passou a vigorar até o dia 15/05/2025.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Despesas e custos por natureza

	2024	2023
Despesas administrativas		
Serviços, aluguéis e encargos gerais	(559)	(354)
Despesas com proventos a conselheiros e dirigentes	(801)	(705)
Despesas com compartilhamento de custos	(628)	(478)
Outras despesas	16	(5)
Total	(1.972)	(1.542)
Despesas tributárias		
PIS/ COFINS	(1.425)	(1.202)
Impostos e taxas	(6.291)	(1.351)
Total	(7.716)	(2.553)
Na demonstração de resultado:		
Despesas gerais e administrativas	(1.972)	(1.542)
Despesas tributárias	(7.716)	(2.553)
Total	(9.688)	(4.095)

15. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2024	2023
Baixa de recebíveis (i)	(1.119)	-
Perdas judiciais	-	(2.512)
Recuperação de despesas	1	25
Total	(1.118)	(2.487)

i) Baixa de saldo a receber da CCEE, conforme ata de 09/2024, e também de valores a receber da Petrobras, conforme relatórios intercompany.

16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

16.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	6	3
Recebíveis - mensuráveis a custo amortizado		
Contas a receber de clientes, líquidas	19.934	83.151
Contas a receber - FIDC	243.376	156.286
Ativo circulante	263.316	239.440

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Total do ativo	263.316	239.440
----------------	---------	---------

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

16.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

16.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base em sua política corporativa própria para gerenciamento de riscos da desdobrada de sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

16.3.1. Risco de mercado

12.3.1.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Petrobras, não estando, portanto, exposta.

16.3.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

16.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

O risco de liquidez da Companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. A Companhia utiliza seus recursos principalmente para pagamentos a seus fornecedores e prestadores e a maioria de seus passivos financeiros possuem vencimento menor que um ano.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Eventos subsequentes

A EMAE através do termo de quitação parcial firmado com a BSE, transferiu para a Companhia, a cobrança do IPTU referente aos períodos de 2019 a 2022 (complemento) e 2023 a abril/2024 no valor de R\$ 7.622. O valor sofreu reajuste e foi pago em 31/01/2025.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Ferreira Pellegrini
Diretor Técnico

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA
CRC/RJ 001.137/O-0
Fabiana Castro Soares Xavier
Contadora
CRC RJ 111.113/O-7